

O FEMINISMO NO BRASIL: HISTÓRICO E VERTENTES

FEMINISM IN BRAZIL: HISTORY AND STRENGTHS

Mariana Lucas Mendes¹ (Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí)

Cristiane Maria Ribeiro² (Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí)

RESUMO: Este trabalho é um recorte da pesquisa de mestrado intitulada *A Participação das Mulheres na Gestão do Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí: uma perspectiva histórica (1953-2019)*, que teve como objetivo investigar a participação da mulher na gestão do Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí. Trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica, na qual foi desenvolvida uma revisão de literatura buscando traçar o histórico dos movimentos feministas no Brasil e as vertentes mais atuantes. Ao final da pesquisa, percebe-se que, antes dos movimentos feministas, já haviam movimentos de mulheres organizados em prol de diversas pautas. Entendemos também que o Feminismo é um movimento plural, isto significa que movimentos feministas possuem diversas vertentes, incluindo diferentes aportes teóricos, ideológicos e políticos.

Palavras-chave: Mulheres. Movimentos de mulheres. Feminismo. Movimentos Feministas.

ABSTRACT: This work is an excerpt from the master's research entitled *The Participation of Women in the Management of the Instituto Federal Goiano Campus Urutaí: a historical perspective (1953-2019)*, which aimed to investigate the participation of women in management positions at the Instituto Federal Goiano Campus Urutaí. The aforementioned research consisted of a documental and bibliographical analysis, in which it was developed a literature review seeking to trace the history of feminist movements in Brazil and it's most impactful and active aspects. At the end of the research, it is clear that before the feminist movements, there were already organized women's movements in favor of various agendas. We also understand that Feminism is a plural movement, which means that feminist movements have different aspects, including different theoretical, ideological and political contributions.

Keywords: Women. Women's movements. Feminism. Feminist Movements.

¹ Mestre em Educação Profissional e Tecnológica (IF Goiano – Campus Ceres), graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás – Unidade de Pires do Rio, com especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional, pela Faculdades Integradas de Várzea Grande – MT. Tradutora e intérprete de Libras (IF Goiano – Campus Urutaí). E-mail: mariana.mendes@ifgoiano.edu.br.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos, com Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (2000) e Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (1995). Professora do quadro permanente do Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Goiano. E-mail: cristiane.maria@ifgoiano.edu.br.

1. Introdução

Este trabalho apresenta um recorte da pesquisa de mestrado intitulada *A Participação das Mulheres na Gestão do Instituto Federal Goiano Campus Urutaí: uma perspectiva histórica (1953-2019)*, que teve como objetivo investigar a participação da mulher na gestão do Instituto Federal Goiano Campus Urutaí, ao longo da trajetória da instituição. Trata-se de estudo de caso, onde foi necessária uma revisão bibliográfica apresentando a história da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil e também do Feminismo e movimento de mulheres no Brasil. Neste recorte, abordamos a evolução do Feminismo no Brasil, suas vertentes e principais marcos históricos.

Para entendermos a origem dos movimentos feministas enquanto movimentos políticos como as sufragistas, no início do século XX, é necessário compreender que historicamente as mulheres reivindicam seus direitos há muito mais tempo. Pinto (2003) e Saffioti (1976) afirmam que, desde os primórdios da Revolução Francesa, no século XVIII, já existiam movimentos de mulheres em busca de seus direitos e de espaço. Como quando em 1789, Olympe de Gouges lidera um grupo de mulheres e imprime o documento Declaração dos Direitos da Mulher, de caráter político. Não só na França, mas em diversos outros países, inclusive o Brasil, os movimentos de mulheres são contínuos ao longo da história, surgindo e ressurgindo para atender demandas pontuais e específicas de determinado momento, bem como para renovar antigas reivindicações ainda não atendidas.

Teles (1999) vai conceituar esses movimentos de mulheres como ações organizadas reivindicando direitos ou melhores condições de vida e trabalho, o que difere dos movimentos feministas, instituídos posteriormente, pois esses visam a combater a discriminação e a subalternidade das mulheres, levando-as ao protagonismo.

Desse modo, a autora afirma que os movimentos de mulheres no Brasil como algo novo é apenas meia-verdade. Os movimentos feministas, enquanto filosofia e teoria, surgem, sim, no século XX, porém os movimentos de mulheres e sua luta por direitos sempre ocorreram, mesmo que ocultos pela história.

Para entendermos como a opressão atua sobre as mulheres brasileiras hoje, é preciso primeiramente entender como elas se constituem historicamente. Saffioti (1976) e Teles (1999) afirmam que os três séculos escravidão no Brasil deixaram marcas profundas,

não apenas nas relações de trabalho ainda vigentes, mas também no sistema de opressão da mulher. Saffioti (1976) esclarece que o processo de colonização no Brasil associado ao sistema de escravidão, tornou tudo e todos patrimônio do homem branco, senhor da terra. Para as mulheres, esse cenário ocasionou a construção de um patriarcado com características próprias e ainda mais profundas. Enquanto em outros países, o patriarcado utiliza-se das religiões e da legislação para justificar a submissão das mulheres, no Brasil, temos uma característica particular, que é a visão da mulher como patrimônio.

Mesmo as mulheres brancas, conforme explica Teles (1999), só chegam ao Brasil a pedido dos jesuítas para povoar a terra e evitar a fornicção com as índias. Dessa forma, elas chegam ao Brasil como patrimônio de seu noivo e de seu rei, com a missão de procriar. Esse quadro só começará a mudar com a chegada da família real ao Brasil, quando, segundo a autora, surgem reivindicações por parte das mulheres pelo acesso à educação. Em 1827, as meninas podiam cursar o 1º grau, mas ainda eram poucas que exerciam esse direito.

Enquanto as mulheres brancas, agora inseridas na sociedade portuguesa com a chegada da família real, buscavam acesso à educação. As mulheres negras, embora muitas vezes ocultadas, sempre estiveram empenhadas nas lutas abolicionistas (TELES, 1999). No fim do Império, surgem os primeiros movimentos de mulheres, como Sociedade de Libertação (1870) e Ave Libertas (1884) entre outras organizações que direcionavam as classes intelectuais em prol da libertação dos negros. Outro fator que favorece ao trabalho articulado entre mulheres brancas e negras nesse período é a proximidade dessas na casa grande. Dessa forma, enquanto as senhoras arrecadavam fundos por meio de ações filantrópicas, as negras atuavam nas organizações de fugas.

Claro que esse interesse em comum pelo fim da escravidão é um artifício imposto pelo próprio sistema econômico como um todo. Saffioti (1976) explica com excelência como o avanço do capitalismo industrial na Inglaterra levou ao fim do período escravista no Brasil e proporcionou uma maior abertura para a luta das mulheres. Tendo o capitalismo industrial a necessidade de ampliação de mercado, o movimento abolicionista ganha força, considerando que o escravo não gera mais-valia de forma rápida e em grande escala como o assalariado. Da mesma forma, partindo da Inglaterra para o mundo, o conceito de independência econômica da mulher vai ganhando força, já que as indústrias necessitam de cada vez mais mão-de-obra, sendo mulheres e crianças contratadas em grande escala por

serem mais baratas.

As autoras Carrasco & Petit (2012) alegam que esse é um movimento constante dentro do sistema capitalista, quando ele parece ceder direitos e propiciar igualdade, mas na verdade está apenas reestabelecendo suas formas de opressão. Saffioti (1976) faz uma análise dessa opressão estabelecida sobre a mulher com a ascensão do capitalismo industrial, afirmando que a saída da mulher do ambiente privado familiar para o trabalho assalariado não pode ser entendida como uma vitória sobre a opressão, no intuito que esse movimento ocorre para atender as necessidades do próprio sistema, devido à enorme demanda das indústrias no início do século XIX.

Outros aspectos listados pela autora que justificam essa afirmativa é o fato de que esse trabalho remunerado, a princípio, é imposto a mulher como meio de subsistência, e não como realização pessoal. Da mesma forma, mulheres e crianças nessa fase inicial da indústria são mais rentáveis justamente por não possuírem direitos civis ou autonomia jurídica.

Nessa perspectiva, ainda hoje a opressão das mulheres ocorre em dois níveis: num primeiro nível, superestrutural, que ocorre na propagação ideológica, cultural e política de que as mulheres são seres submissos à supremacia masculina, e num segundo nível, estrutural, quando o modo de produção vigente se vale da superestrutura para marginalizar as mulheres do processo de produção, por meio de artifícios como generificação das profissões, diferenças salariais, dupla jornada entre outros.

Dessa forma, essa revisão bibliográfica se propôs a analisar os movimentos de mulheres que precederam o Feminismo no Brasil e quais foram as principais vertentes feministas no país até o momento atual.

2. Os Movimentos de Mulheres no Brasil: as precursoras do feminismo

Ao analisarmos os movimentos de mulheres na história do Brasil, é perceptível que esses movimentos são desencadeados por três razões principais: luta contra a opressão racial, oposição política e luta de classe. Outro aspecto interessante é que, ao longo de todos esses movimentos e transpassando por todos eles, tanto a arte quanto a imprensa escrita e a educação sempre tiveram papel importante na luta dessas mulheres contra opressão.

Teles (1999), ao fazer essa retrospectiva histórica em seu livro, destaca como sendo o primeiro movimento de mulheres no Brasil aqueles ligados ao movimento abolicionista. A autora cita nomes como Maria Amélia de Queiroz, que palestrou sobre a abolição em 1887, Maria Firmina dos Reis, romancista abolicionista que escreveu o romance *Úrsula* e ainda Nísia Floresta Brasileira Augusta, considerada a primeira feminista do Brasil, que fundou em 1838, um colégio só para meninas. Enquanto essas mulheres utilizavam do movimento abolicionista para abordar a educação de mulheres e a igualdade e liberdade, outras mulheres enfrentavam o problema de forma mais hostil, como foi o caso de Dandara dos Palmares, esposa do Zumbi dos Palmares, a escrava Anastácia, que ficou conhecida por sua mordada, Luíza Mahín, mãe do escritor Luis Gama e uma das principais figuras da Revolta dos Malês.

É notório que esses primeiros movimentos de mulheres estão longe de tratarem de questões específicas da opressão feminina, pois estão voltados para questões primárias de sobrevivência e liberdade, não apenas das mulheres, mas de seus filhos e companheiros.

Após a abolição e com o começo da industrialização no Brasil, Teles (1999) destaca que os próximos movimentos de mulheres relevantes foram as greves no início do século XX, agora buscando melhores condições de vida e trabalho. Em 1906, já havia no Brasil o Movimento de Trabalhadoras no Brasil, que tiveram participação no I Congresso Operário Brasileiro. As greves que dominaram São Paulo em 1907, segundo a mesma autora, foram encabeçadas por tecelões, na maioria, mulheres e costureiras. Essas greves reivindicavam o direito a oito horas de trabalho, igual aos homens, já que nesse período as mulheres chegavam a trabalhar até dez horas nas fábricas.

Em meados da década de 1920, influenciadas pelos diversos movimentos externos, começam no Brasil as lutas pelo sufrágio feminino. Saffioti (1976) descreve a lutas das mulheres em diversos países pelo direto ao voto. No Brasil, em 1910, Deolinda Dalho, professora, fundou o Partido Feminino Republicano, na busca pelo sufrágio e pelo direito de pleitear cargos públicos. Teles (1999) ainda cita a criação da Liga para Emancipação Internacional da Mulher na busca por igualdade política.

No Brasil, o voto feminino foi alcançado em 1932 e incorporado a Constituição Federal de 1934, com a ajuda de Carlota Pereira de Queiroz, primeira constituinte brasileira e primeira mulher eleita deputada federal. Porém, essa foi uma vitória parcial, pois assim

MENDES, Mariana Lucas; RIBEIRO, Cristiane Maria. **O FEMINISMO NO BRASIL: HISTÓRICO E VERTENTES.**

como em outros países, a primeiro momento, o Código Eleitoral da época permitiu apenas que mulheres casadas, com autorização do marido, viúvas e solteiras com renda própria pudessem votar. Somente em 1934, as restrições ao exercício do voto feminino foram eliminadas e, em 1946, sua obrigatoriedade foi estendida às mulheres.

No ano de 1932, conforme cita Fraccaro (2016), é aprovado o Decreto do Trabalho das Mulheres, que estabelecia igualdade salarial e licença maternidade, entre outras regulações. O que em tese foi uma vitória, na prática ocasionou uma expulsão em massa das mulheres nas fábricas, já que agora essas custavam o mesmo que os homens e ainda acarretavam “transtornos” ocasionados pela maternidade. A autora relata que “se em 1872 elas eram 72% do trabalho assalariado nas fábricas, em 1950, eram apenas 23%”. A estudiosa ainda afirma que a subida de Vargas ao poder e a revolução de 1930 “irromperam de modo a destruir o autonomismo das classes trabalhadoras” por conta da sindicalização patrocinada pelo Estado, que minou as organizações revolucionárias.

É um consenso entre as feministas de esquerda que a luta pelo sufrágio, apesar de ser divulgada como marco da “primeira onda” dos movimentos feministas, nem de longe poderia ser considerado suficiente para garantir a liberdade das mulheres na luta contra o patriarcado e a opressão, por inúmeros motivos. O primeiro deles, esses direitos civis não foram concedidos de forma emancipadora, excluindo os analfabetos por exemplo. E o motivo mais importante está na manutenção da sociedade de classes e da exploração da classe trabalhadora pela burguesia, situação que só seria rompida pela revolução e não pela conciliação com a burguesia em troca de alguns direitos e direitos apenas para alguns.

Na Segunda República, a União Feminina, organizada em 1934, vinculada à Aliança Nacional Libertadora participa das articulações do movimento comunista para derrubar Vargas. Teles (1999) afirma que, mesmo após o Golpe de 1937, as mulheres continuaram atuando na clandestinidade. Fraccaro (2016) destaca que o autoritarismo, presente no final da década de 1930, trouxe uma dualidade para o ideal de família.

Até então, a imagem da família como metáfora e base do Estado compunha, com maior frequência, o repertório do integralismo. A tarefa de gerar bons cidadãos, do ponto de vista da eugenia e da higiene, era mais uma empreita que pertencia às mulheres, e a “nobreza de sua missão materna” requeria que elas mantivessem condutas regeneradas, física e moralmente. Uma profusão de livros e normas médicas, publicados no Brasil, as responsabilizava por possíveis “malefícios” às crianças e forneciam as melhores receitas para a criação de filhos.

MENDES, Mariana Lucas; RIBEIRO, Cristiane Maria. **O FEMINISMO NO BRASIL: HISTÓRICO E VERTENTES.**

O fascismo, sobretudo na Itália, apresentou um “contraste gritante” de papéis de gênero nas suas ações políticas – com o objetivo de aumentar os índices demográficos, o Estado laureava as mães prolíficas e as grandes famílias que sustentavam o império sonhado. O ideal de famílias grandes e bem cuidadas tinha que conviver, entretanto, com a necessidade e a presença das mulheres na força de trabalho. Por isso, as leis a regular o serviço de mulheres, na Itália de Mussolini, também tiveram múltiplas dimensões – resguardaram a preocupação maior em preservar o trabalho doméstico delas ainda que tivessem que garantir, para aquelas que estavam nas fileiras das fábricas, a criação e manutenção de creches. (FRACCARO, 2016, p. 179).

Se por um lado os governos autoritários, tanto no Brasil quanto em outros países, cediam direitos trabalhistas as mulheres, por outro, o discurso sobre família, submissão ao marido e maternidade como destino eram mais intensos.

Nas décadas que seguem após a Segunda Guerra Mundial, os movimentos feministas continuam ativos, principalmente nas cidades como Rio Janeiro, São Paulo, atuando em lutas locais como o despejo de moradores nas favelas, e em movimentos maiores como contra o alto custo de vida. Teles (1999, p. 50) afirma que, mesmo com a suspensão do funcionamento das organizações femininas durante o governo JK, as mulheres continuaram se organizando, fundando em 1960 a Liga Feminina do Estado da Guanabara que, “além de cursos (corte e costura, enfermagem etc.), promovia palestras e liderou campanhas contra o alto custo de vida, chegando a organizar um abaixo-assinado com 100 mil assinaturas”.

3. A gênese do feminismo no Brasil e a luta das mulheres na Ditadura Militar.

A década de 1960 apresenta cenários sociais e políticos bem distintos: nos Estados Unidos, após a Guerra da Coréia e Guerra do Vietnã, em meio a intensos conflitos raciais internos, cai por terra o mito *American Way of Life*. Na Europa, com a descoberta dos crimes stalinistas, morre gradativamente o mito da revolução socialista. Pinto (2003) acrescenta que a morte desses mitos despertou nos jovens nascidos no pós-guerra um movimento revolucionário que colocou em xeque os valores conservadores. No Brasil, outro cenário se estabelece nesse período, resultando no Golpe de 64 e na instauração da Ditadura Militar. Pinto (2003) afirma que é importante termos essas particularidades bem claras para compreendermos o movimento feminista brasileiro.

MENDES, Mariana Lucas; RIBEIRO, Cristiane Maria. **O FEMINISMO NO BRASIL: HISTÓRICO E VERTENTES.**

O feminismo brasileiro nasceu e se desenvolveu em um difícilíssimo paradoxo: ao mesmo tempo que teve de administrar as tensões entre uma perspectiva autonomista e sua profunda ligação com a luta contra a ditadura militar no Brasil, foi visto pelos integrantes desta mesma luta como um sério desvio pequeno-burguês. A grande maioria das militantes feministas dos primórdios do feminismo no Brasil esteve envolvida ou foi simpatizante da luta contra a ditadura no país, tendo algumas delas sido presas, perseguidas e exiladas pelo regime. (PINTO, pg. 45, 2003)

Nesse cenário da Ditadura Militar, as mulheres atuam de diversas formas. Amelinha Teles (1999), autora do livro *Breve História do Feminismo no Brasil*, foi militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), presa em 28 de dezembro de 1972 em São Paulo, descreve em seu livro e em muitas de suas falas como as mulheres agiam no apoio e ações clandestinas, mas também na luta armada nas guerrilhas.

A tortura, a prisão e o tratamento dos militares em relação a nós ensinaram o quanto a gente era importante. Os militares tinham muito medo de nós, achavam que éramos muitas – e nem éramos tantas assim. Eles não entendiam como muitas mulheres podiam participar da luta armada. (TELES, s.d. - Entrevista publicada no site memoriasdaditadura.org³)

Teles (1999) descreve que as mulheres atuaram durante o período da Ditadura Militar em diferentes frentes. Uma dessas frentes, a União Brasileira de Mães, contava com mais de 500 mães filiadas e chegou a participar de passeatas em 1968. Outras abraçaram a causa e atuaram de forma clandestina nas guerrilhas e manifestações, chegando a representar 12% do total de 7.367 pessoas denunciadas pelo regime. Outra forma de participação das mulheres na resistência contra a Ditadura Militar era dentro dos movimentos universitários, que promoviam intensas manifestações no final da década de 1960.

Em outra perspectiva, Pinto (2003) relata casos em que o movimento de mulheres da burguesia se aliou ao governo e, mesmo em meio a toda censura da época, conseguiram realizar eventos como o seminário de 1972, como apoio da Coca-Cola, da BEMFAM (que tinha apoio de fundações norte-americanas de políticas de planejamento familiar) e do Alto Clero Católico. Apesar da postura compassiva e da discussão de temas como “a problemática da babá”, esses eventos, segundo a autora, têm sua relevância, pois, de certa forma, conseguiram unir mulheres em meio ao autoritarismo da época, discutir alguns direitos civis e até mesmo contar com a contribuição de algumas feministas de esquerda como Rose Marie

³ Link de acesso ao site: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/maria-amelia-de-almeida-teles/>

Muraro, Heleieth Saffioti e Carmem da Silva.

Pinto (2003) relata também que os primeiros grupos de reflexão teórica feminista dos quais se tem conhecimento no Brasil surgem no Rio de Janeiro e São Paulo, na década de 1970. Esses grupos eram pequenos e informais, só aceitando membros mediante convite. Alguns desses grupos eram de esquerda, formados por mulheres intelectuais, profissionais e de meia idade, buscando preencher o vazio político existente na época.

A autora apresenta relatos de mulheres que na época atuaram nesses grupos e essas relatam como era difícil, chegando muitas vezes a serem acusadas pela própria esquerda de abandonar a luta de classes em prol de uma revolução pessoal. Para concluir esse pensamento, a autora ainda completa dizendo que a esquerda marxista masculina via o feminismo como uma dupla ameaça: à unidade da luta do proletariado contra o capitalismo e ao próprio poder do homem nas instituições e nas relações pessoais.

Esse receio quanto ao movimento feminista chegou a gerar ameaças por parte da Frente de Brasileiros no Exílio de retirar o apoio financeiro às famílias cujas mulheres estivessem vinculadas ao movimento. Isso não impediu que muitas dessas mulheres exiladas continuassem aprofundando seus estudos, principalmente na França, onde muitas delas buscaram refúgio. Pinto (2003) descreve inúmeros grupos de mulheres exiladas brasileiras que se reuniam em outros países, de forma informal, em bares ou em suas casas para discutir o feminismo.

O que vai tirar os movimentos feministas da clandestinidade no Brasil e trazê-los à luz, mesmo que de forma tímida, é o ano de 1975, instituído pela ONU como o Ano Internacional da Mulher. Pinto (2003) afirma que com esse fato, a questão da mulher ganha novo status, mesmo nos governos autoritários, e inaugura no Brasil o surgimento de muitos eventos de natureza e abrangência diferentes e introduzindo a questão da mulher na esfera pública definitivamente. Esses eventos, segundo a autora, tirou muitos dos grupos que já existiam anteriormente da informalidade, nas pequenas reuniões em casas, e possibilitou a eles se articularem e organizarem os eventos que são marcos na história do feminismo no Brasil.

O ano de 1979, de acordo com Pinto (2003), foi marcado por dois acontecimentos que indiretamente tiveram grande influência no futuro do feminismo no Brasil. Primeiramente, a anistia aos exilados trouxe de volta ao Brasil muitas das mulheres dos

MENDES, Mariana Lucas; RIBEIRO, Cristiane Maria. **O FEMINISMO NO BRASIL: HISTÓRICO E VERTENTES.**

grupos feministas de Paris, que muito puderam contribuir com as reflexões já em andamento por aqui. Em segundo lugar, mas não menos importante, temos a reforma partidária e o fim do bipartidarismo. Isso, por um lado, “implodiu a unidade oposicionista”, inclusive do movimento feminista, entretanto possibilitou a luta por representatividade e expressão de múltiplas correntes.

Na década de 1980, com o processo de redemocratização, os movimentos feministas tornam-se cada vez mais plurais, muitas vezes associados a ideais partidários, outras de forma autonomistas.

4. As Principais Vertentes Feministas no Brasil e a articulação entre Feminismo e Marxismo

São diversas as autoras, Pinto (2003), Saffioti (1976), Teles (1999), que vão apresentar a ideia de que, desde o início do século XX, três vertentes de feminismo se consolidaram no Brasil. A primeira delas, forte e organizada, liderada a princípio por Bertha Lutz, buscava a incorporação da mulher como sujeito de direito e tinha um viés político. Pinto (2003) afirma que essa vertente mais comportada do feminismo vê a igualdade de direitos como solução, sem necessariamente mexer na posição do homem. Não define, portanto, a posição de exclusão da mulher como decorrência da posição de poder do homem, sendo uma vertente atrelada ao liberalismo.

A segunda vertente, segundo a autora, trata-se de um feminismo difuso, que multiplicou suas manifestações através da imprensa feminista alternativa. É um feminismo composto por mulheres cultas, maioria de professoras, escritoras e jornalistas. É uma vertente menos comportada, que tende a abordar temáticas mais polêmicas para a época, como divórcio, posteriormente contracepção e mais atualmente a sexualidade. Defendem a educação da mulher, falam em dominação masculina e no interesse por parte dos homens em manter as mulheres reclusas ao mundo privado. Porém, não necessariamente buscam uma revolução, apresentando aspectos reformistas.

A terceira vertente, ligada ao movimento anarquista, é composta por trabalhadoras e intelectuais, em grande parte militantes da esquerda. Essa vertente clama a libertação da mulher de forma radical, por meio da revolução, tem como tema central a exploração do

MENDES, Mariana Lucas; RIBEIRO, Cristiane Maria. **O FEMINISMO NO BRASIL: HISTÓRICO E VERTENTES.**

trabalho e as injustiças sociais.

Também é consenso entre as autoras que, durante o período da Ditadura Militar, essas três vertentes se aproximaram no intuito de combater um inimigo em comum. Sobre isso, Pinto (2003, p. 45) vai dizer que o feminismo brasileiro viveu um paradoxo, tendo que “administrar as tensões entre perspectiva autonomista e sua profunda ligação com a luta contra a ditadura” e ao mesmo tempo lidar com o fato de ser “visto pelos integrantes desta mesma luta (os movimentos de esquerda, no caso) como um sério desvio pequeno-burguês”.

No processo de redemocratização, com a Reforma Partidária, o feminismo brasileiro, até então unificado, apesar de todas as diferenças na luta contra a Ditadura Militar, acaba se dividindo, a princípio entre a direita, aliada ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e a esquerda, aliada ao PT (Partido dos Trabalhadores) e, posteriormente, adotando inúmeras epistemologias para atender as especificidades de cada grupo de mulheres, como movimento negro, movimento transexual e movimento lésbico.

Rago (1998), ao analisar os trabalhos de Michelle Perrot, relata que a autora se questiona se seria possível uma história das mulheres e criticava a ideia de entender a mulher como um sujeito universal, visto que há mulheres em diversas situações e sofrendo os mais diferentes tipos de opressão.

Em todas essas vertentes feministas, havia, até então, representantes feministas da esquerda, porém Pinto (2003) e Saffioti (1976) relatam que eram grandes as divergências, principalmente quanto a hierarquias de bandeiras de luta. Enquanto as feministas de esquerda, marxistas, eram acusadas de priorizarem a luta de classes desmerecendo a luta das mulheres, essas, por sua vez, acusavam as feministas de direita alegando que a igualdade social e política das mulheres era apenas uma transformação parcial da sociedade, uma “modalidade de consciência utópica”, já que para operar, as forças produtivas capitalistas estão sempre concedendo oportunidades a uma parcela das mulheres em troca da força de trabalho de muitas outras.

Na medida em que esses obstáculos são regulados pelas necessidades da ordem dominante na sociedade competitiva e não pela necessidade que por ventura tenham as mulheres de se realizar através do trabalho, as oportunidades sociais oferecidas aos contingentes femininos variam em função da fase de desenvolvimento do tipo social em questão ou, em outros termos, do estágio de desenvolvimento atingido por suas forças produtivas. (SAFFIOTI, 1976, p. 36).

Dessa forma, se o feminismo busca a emancipação e a libertação de todas as mulheres, é impossível, segundo a autora, um feminismo autônomo, desvinculado de uma perspectiva de classe.

Santos & Nóbrega (2004) vão afirmar que as feministas encontram no marxismo alguns conceitos que podem contribuir para explicar as estruturas sociais nas quais as mulheres são exploradas e oprimidas, mas que essa aproximação teórica não se deu de forma acrítica. Mackinnon (2016) ressalta que o marxismo, tradicionalmente, tenta abranger todas as variantes sociais significativas em termos de classe, como sexo, raça, nação, porém sempre com a centralidade da classe como explicação social. Essa centralidade causa constantes instabilidades na união relutante entre feminismo e marxismo.

Por esse mesmo motivo, de acordo com Sarti (2004) e Mackinnon (2016), para articular a luta contra as condições objetivas de opressão social e as reflexões em torno das relações interpessoais, o feminismo brasileiro precisou ampliar sua base marxista a fim de abranger a questão da subjetividade, introduzindo a psicanálise como sua referência.

Já Rago (1998) vai alegar que só essa ampliação nas bases teóricas, abarcando a psicanálise e outras áreas das Ciências Humanas, não é suficiente. A autora vai defender a construção de uma epistemologia feminista (ou de várias epistemologias feministas) apoiada na psicanálise, na hermenêutica, no marxismo, no desconstrutivismo e no pós-modernismo, porém com enfoque epistemológico próprio, baseada na crítica de uma racionalidade que opera a partir da lógica da identidade e não da diferença.

Portanto, para a autora, a teoria feminista estaria além do marxismo para pensar as questões de desigualdade de sexo e gênero, devendo buscar autonomia em relação a ele. Mackinnon (2016) complementa esse pensamento ao relatar que, historicamente, o marxismo recebe muitas críticas por parte das teóricas feministas, que acusam serem as mulheres reduzidas à categoria de “mulheres trabalhadoras”, sendo essa extensível a todas as mulheres.

Essa epistemologia feminista, segundo Rago (1998), busca estabelecer a relação sujeito-objeto e representar experiências classificadas como à margem da sociedade pelas próprias mulheres. Segundo a autora, trata-se da construção de nova linguagem, da produção de um contradiscurso que vem processando grande mutação também na produção do conhecimento científico. Entretanto, Mackinnon (2016) vai afirmar que a teoria feminista ainda tem grande dificuldade em formular seu próprio método, deixando transparecer que a

MENDES, Mariana Lucas; RIBEIRO, Cristiane Maria. **O FEMINISMO NO BRASIL: HISTÓRICO E VERTENTES.**

epistemologia feminista ainda é um desafio em curso.

O feminismo não tem sido percebido como algo que tenha um método, nem sequer um argumento central, a que se possa objetar. Tem sido percebido não como uma análise sistemática, mas como uma coleção solta de fatores, queixas e questões que, consideradas em conjunto, descrevem mais do que explicam o infortúnio do sexo feminino. O desafio é demonstrar que o feminismo converge sistematicamente em uma explicação da desigualdade sexual por meio de uma abordagem distintiva de seu tema que, não obstante, é aplicável à totalidade da vida social, incluindo a classe. (RAGO, 1998, p. 817).

Não sendo capaz de romper de fato com os modelos de conhecimento dominantes nas Ciências Humanas, as teorias feministas buscam em diversas delas, referências tão plurais quanto seus movimentos, para formular propostas de uma produção do conhecimento sob a ótica feminista, que “se quer potencialmente emancipador”, além de também tecer críticas ao caráter ideológico, racista e sexista da ciência ocidental.

Nessa perspectiva, o feminismo marxista alia teorias feminista e marxista, de forma instável, buscando contextualizar as reivindicações e contextos relatados pelas mulheres a partir do método analítico do materialismo histórico dialético.

O feminismo marxista vai teorizar o gênero baseando-se nas categorias filosóficas constituintes do marxismo, partindo do princípio materialista da dialética, dá centralidade, entre outras questões, às articulações entre vida material e simbólica, estabelecendo as conexões entre produção e reprodução social, entre divisão social e sexual do trabalho, em última análise, entre o sistema de gênero e o de classe social. (SANTOS & NÓBREGA, 2004, p. 2)

Dessa forma, percebe-se que o feminismo marxista apresentado por Saffioti (1976) e Pinto (2003) ganhou nova roupagem como descreve Santos & Nóbrega (2004), sendo ainda “parte do postulado da indissociável conexão entre a luta das mulheres e a luta de classes”, percebendo a opressão capitalista em uma totalidade social e expandindo sua luta para além do plano econômico, abrangendo, dessa forma, aspectos da cultura, tão pertinentes para as discussões feministas. Para os autores, “entender a cultura apesar de não constituir a totalidade da vida social, é uma importante dimensão da trama humana onde se verifica a produção e a reprodução social”.

Sendo os movimentos feministas e sua teoria tão vasta quanto os diferentes sistemas de opressão operantes sobre as mulheres, não cabe aqui batermos o martelo sobre se a aproximação entre teoria feminista e teoria marxista está certa ou errada. A verdade é que,

ao longo da história, ela tem ocorrido e tem frutificado, apesar das divergências internas, principalmente no que tange à hierarquia de bandeiras de luta. Devido às múltiplas vertentes e epistemologias assumidas pelo feminismo, é natural que essa associação com outras teorias e métodos será interessante ou não, dependendo do objeto ou temática a ser tratada. A exemplo, concordamos com Rago (1998) quando a autora afirma a necessidade do olhar da antropologia, por exemplo, que aponta a não-universalidade do feminismo e que esse peca ao sugerir a afinidade do feminismo com o individualismo ocidental, baseado em seu pressuposto ideológico, desmerecendo assim outras culturas e outras formas de emancipação feminina.

Usando dessa mesma prerrogativa, entendemos que na nossa sociedade brasileira, constituída desde seu “descobrimento” com base na propriedade privada, inclusive de suas mulheres, a teoria marxista não só é muito pertinente, como contribui consideravelmente na compreensão dessa realidade.

Mackinnon (2016) afirma que a teoria feminista traz a ideia central de conscientização, sendo essa conscientização responsável por uma mudança individual e social, despertando questionamentos dialéticos de estruturas de poder existentes, de nossa própria experiência. A autora ainda afirma que, no marxismo, a conscientização também é um conceito presente que, semelhante ao feminismo, concretiza-se por meio da revelação e da análise do impacto da dominação masculina apresentada na fala coletiva da experiência das mulheres e a partir da perspectiva das experiências das mesmas.

Além da conscientização do sujeito de sua opressão, seja ela de classe ou de gênero (ou de ambas, como é mais frequente), Mackinnon (2016) afirma que feminismo e marxismo conversam intimamente ao entenderem o pessoal como político. Não se trata de igualar ou comparar as esferas sociais públicas e privadas, mas sim de apresentar e conhecer os aspectos políticos próprios da vida social privada das mulheres. Como exemplo, podemos citar a discussão marxista sobre a socialização da educação infantil e do trabalho doméstico (defendida desde a Revolução de 1917) e no feminismo, temas como violência doméstica e diferenças salariais, intimamente ligados à submissão econômica e ao modo de produção operante. Esses são temas que perpassam ambas as teorias, apresentando discussões próprias da luta de classes e da luta das mulheres.

MENDES, Mariana Lucas; RIBEIRO, Cristiane Maria. **O FEMINISMO NO BRASIL: HISTÓRICO E VERTENTES.**

A sexualidade é para o feminismo o que o trabalho é para o marxismo: aquilo que é mais próprio de alguém, porém, aquilo que mais lhe é retirado. A teoria marxista argumenta que a sociedade se constrói fundamentalmente a partir de relações formadas pelas pessoas enquanto fazem e produzem as coisas necessárias para sobreviver como seres humanos. O trabalho é o processo social de moldar e transformar os mundos material e social, criando pessoas como seres sociais à medida que estas criam valor. É a atividade por meio da qual as pessoas se tornam quem elas são. A classe é sua estrutura, a produção sua consequência, o capital sua forma concreta, e o controle, sua questão. Da mesma maneira que o trabalho o é para o marxismo, a sexualidade é, para o feminismo, socialmente construída e ao mesmo tempo capaz de construir; universal como atividade, mas, ainda assim, historicamente específica; composta, conjuntamente, de matéria e mente. Assim como a expropriação organizada do trabalho de uns para o benefício de outros define uma classe – os trabalhadores – a expropriação organizada da sexualidade de uns para o benefício de outros define o sexo, mulher. A heterossexualidade é a sua estrutura, o gênero e a família suas formas concretas, os papéis sexuais suas qualidades generalizadas para a persona social, a reprodução uma consequência, e o controle a sua questão (MACKINNON, 2016, p. 801).

A autora ainda apresenta questionamentos pertinentes à reflexão a cerca desse “casamento de teorias”, ao indagar se podem duas teorias se reconciliarem para explicar em essência a mesma coisa: o poder. Questiona ainda se seria a “dominação masculina uma criação do capitalismo ou seria o capitalismo uma expressão da dominação masculina”.

Considerações finais

Com base na revisão bibliográfica aqui apresentada, podemos perceber que as mulheres já há longa data buscam se organizar em prol de causas relevantes para os grupos nos quais estão inseridas. Nas discussões teóricas, também fica clara a importância do acesso ao ensino para essa emancipação das mulheres, fato que permite a algumas mulheres acessarem a escrita e a leitura. Entretanto, esse acesso ao ensino ocorre de forma desigual para mulheres brancas e negras por exemplo. Para as mulheres negras e/ou pobres, a organização em movimentos virá na maioria das vezes por razões mais práticas, como lutas trabalhistas, abolição, entre outras. Já para os movimentos das mulheres burguesas, percebemos que essas organizações ocorreram de forma mais diplomática e política.

Percebemos também que as reflexões teóricas feministas são ainda muito recentes e estão em construção. Sendo as mulheres um grupo diverso, assim também serão as reflexões dos movimentos feministas. Na revisão bibliográfica, vemos que, a partir do final da década de 1960, a discussão teórica acerca do feminismo começa a ganhar força e chega ao Brasil. É

MENDES, Mariana Lucas; RIBEIRO, Cristiane Maria. **O FEMINISMO NO BRASIL: HISTÓRICO E VERTENTES**.

preciso observar também que esses primeiros constructos teóricos acabavam se atrelando a ideais políticos, dando origem assim a diferentes vertentes feministas.

A diversidade dos movimentos feministas pode ser vista por alguns como uma fragilidade, gerando uma fragmentação da causa. Entretanto, entendemos que a pluralidade no movimento é necessária para abraçar a pluralidade de sujeitos.

Por fim, concluímos que, para a pesquisa de mestrado da qual este trabalho faz parte, foi de suma importância entender a história dos movimentos feministas para por fim compreendermos as interferências dessas discussões na participação das mulheres não só na gestão de instituições, mas em todos os demais espaços.

REFERÊNCIAS

FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. **Os Direitos das Mulheres - Organização Social e Legislação Trabalhista no Entreguerras Brasileiro (1917-1937)**. 2016. 198 f. Universidade Estadual de Campinas, 2016.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes - Mito e realidade**. Coleção So. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. 1º Reimpre. São Paulo: Editora Brasiliense - Coleção Tudo é história, 1999.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Maria Amélia de Almeida Teles - Memórias da ditadura. [s. d.]. **Memórias da Ditadura**. Available at: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/maria-amelia-de-almeida-teles/>. Acesso em: 30 jan. 2020.

Recebido em 31/03/2022

Aprovado em 11/07/2022